

Volume

31/1

ICH - UFPel



História em revista

revista do núcleo de documentação histórica

Acervos: Diferentes suportes de memória

Reitoria

Reitora: *Ursula Rosa da Silva*

Vice-Reitor: *Eraldo dos Santos Pinheiro*

Chefe de Gabinete da Reitoria: *Renata Vieira Rodrigues Severo*

Pró-Reitor de Ensino: *Antônio Maurício Medeiros Alves*

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: *Marcos Britto Corrêa*

Pró-Reitor de Extensão e Cultura: *Fábio Garcia Lima*

Pró-Reitora de Planejamento e Desenvolvimento: *Aline Ribeiro Paliga*

Pró-Reitora de Assuntos Estudantis: *Josy Dias Anacleto*

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas: *Taís Ullrich Fonseca*

Pró-Reitora de Ações Afirmativas e Equidade: *Cláudia Daiane Garcia Molet*

Superintendente do Campus Capão do Leão: *José Rafael Bordin*

Superintendente de Gestão Administrativa: *Mariana Schardosim Tavares*

Superintendente de Gestão da Informação e

Comunicação: *Christiano Martino Otero Ávila*

Superintendência de Inovação e Desenvolvimento

Interinstitucional: *Vinicius Farias Campos*

Superintendência de Infraestrutura: *Everton Bonow*

Superintendência do Hospital Escola: *Tiago Vieiras Collares*

Instituto de Ciências Humanas

Diretor: *Prof. Dr. Sebastião Peres*

Vice-Diretora: *Profa. Dra. Andréa Lacerda Bachettini*

**Núcleo de Documentação História da UFPEL –
Profa. Beatriz Loner**

Coordenadora:

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Membros do NDH:

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas

Prof. Dra. Márcia Janet Espig

Técnico Administrativo:

*Cláudia Daiane Garcia Molet – Técnica em Assuntos
Educacionais*

Paulo Luiz Crizel Koschier – Auxiliar em Administração

História em Revista - Publicação do Núcleo de
Documentação Histórica – Profª. Beatriz Loner**Comissão Editorial:**

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Profa. Dra. Eliane Cristina Deckmann Fleck

Profa. Dra. Márcia Janet Espig

Prof. Dr. Jornas Vargas

Paulo Luiz Crizel Koschier

Conselho Editorial:

*Profa. Dra. Alexandrine de La Taille-Trétinville U.,
Universidad de los Andes, Santiago, Chile*

*Profa. Dra. Ana Carolina Carvalho Viotti (UNESP -
Marília)*

Profa. Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFSM)

Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt (UFRGS)

Prof. Dr. Carlos Augusto de Castro Bastos (UFPA)

*Prof. Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha
(UNICAMP)*

Prof. Dr. Deivy Ferreira Carneiro (UFU)

Profa. Dra. Gisele Porto Sanglard (FIOCRUZ)

*Prof. Dr. Jean Luiz Neves Abreu (Universidade Federal
de Uberlândia)*

Profa. Dra. Joan Bak (Univ. Richmond – USA)

Profa. Dra. Joana Maria Pedro (UFSC)

Profa. Dra. Joana Balsa de Pinho, Universidade de Lisboa

*Profa. Dra. Karina Ines Ramacciotti,
(UBA/CONICET/Universidad de Quilmes)*

Profa. Ms. Larissa Patron Chaves (UFPEL)

*Profa. Dra. Maria Antônia Lopes (Universidade de
Coimbra)*

Profª. Dra. Maria Cecília V. e Cruz (UFBA)

*Profa. Dra. Maria de Deus Beites Manso (Universidade
de Évora)*

*Profa. Dra. Maria Marta Lobo de Araújo (Universidade
do Minho)*

*Profa. Dra. Maria Silvia Di Liscia (Universidad Nacional
de La Pampa – AR)*

*Profa. Dra. Maria Soledad Zárate (Universidad Alberto
Hurtado – Chile)*

Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFF)

*Prof. PhD Pablo Alejandro Pozzi (Universidad de
Buenos Aires).*

Prof. Dr. Robson Laverdi (UEPG)

Profª. Dra. Tânia Salgado Pimenta (FIOCRUZ)

Profª. Dra. Tatiana Silva de Lima (UFPE)

Prof. Dr. Temístocles A. C. Cezar (UFRGS)

Prof. Dr. Tiago Luis Gil (UNB)

Prof. Tommaso Detti (Università Degli Studi di Siena)

Profa. Dra. Yonissa Marmitt Wadi (UNIOESTE)

Editora: Lorena Almeida Gill

*Editores do Volume: Ma. Ângela Beatriz Pomatti (Museu de
História da Medicina do RS), Dra. Lorena Almeida Gill
(NDH-UFPEL) e Dra. Véra Lúcia Maciel Barroso
(Arquivo Histórico do CHC - Centro Histórico-Cultural
Santa Casa Porto Alegre)*

Editoração e Capa: Paulo Luiz Crizel Koschier

*Imagem da capa: Trabalho de higienização de acervo do
NDH-UFPEL. Fonte: Núcleo de Documentação
Histórica da UFPEL – Profa. Beatriz Loner*

*Pareceristas ad hoc: Dra. Adriana Fraga da Silva
(FURG); Dra. Ana Celina Figueira da Silva (UFRGS);
Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFSM); Dra. Cassia Silveira
(UFRGS); Dr. Charles Monteiro (PUCRS); Dra. Cíntia
Vieira Souto (UFRGS/MP-RS); Dra. Claudira do*

Socorro Cirino Cardoso (Secretaria de Educação do Pará); Dr. Cristiano Henrique de Brum (FIOCRUZ); Dra. Daiane Brum Bitencourt (UFRGS/PUCRS); Dr. Daniel Luciano Gevehr (FACCAT); Dra. Daniele Gallindo (UFPEL); Dra. Elis Regina Barbosa Angelo (UFRRJ); Dra. Jaqueline Hasan Brizola (FIOCRUZ); Dra. Leticia Brandt Bauer (UFRGS); Dra. Maira Ines Vendrame (UFPEL/UFJF); Dra. Márcia Regina Bertotto (UFRGS); Dr. Marcos Witt (Instituto Histórico de São Leopoldo-RS); Dra. Maria Teresa Santos Cunha (UFSC); Dra. Mariseti Cristina Soares (UFT); Dra. Mariluci Cardoso Vargas (PNUD/MDHC/Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos); Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira (UFPEL); Dr. Rejane Silva Penna (Arquivo Histórico do RS); Dra. Rosane Marcia Neumann (FURG/UNIPAC); Dr. Tiago da Silva Cesar (UFRPE/UNICAP); Dr. Wilian Junior Bonete (UFPEL)

Editora e Gráfica Universitária

Conselho Editorial

Presidente do Conselho Editorial: Ana da Rosa Bandeira
Representantes das Ciências Agrárias: Sandra Mara da Encarnação Fiala Rechsteiner (TITULAR), Cássio Cassal Brauner e Viviane Santos Silva Terra
Representantes da Área das Ciências Exatas e da Terra: Aline Joana Rolina Wohlmuth Alves dos Santos (TITULAR), Felipe Padilha Leitzke e Werner Krambeck Sauter
Representantes da Área das Ciências Biológicas: Rosângela Ferreira Rodrigues (TITULAR) e Marla Piumbini Rocha
Representantes da Área das Engenharias: Reginaldo da Nóbrega Tavares (TITULAR)
Representantes da Área das Ciências da Saúde: Claiton Leonetti Lencina (TITULAR)
Representantes da Área das Ciências Sociais Aplicadas: Daniel Lena Marchiori Neto (TITULAR), Bruno Rotta Almeida e Marislei da Silveira Ribeiro
Representantes da Área das Ciências Humanas: Maristani Polidori Zamperetti (TITULAR) e Mauro Dillmann Tavares
Representantes da Área das Linguagens e Artes: Chris de Azevedo Ramil (TITULAR), Leandro Ernesto Maia e Vanessa Caldeira Leite

Seção de Pré-Produção – Isabel Cochrane, Suelen Aires Böettge

Seção de Produção

Preparação de originais – Eliana Peter Braz, Suelen Aires Böettge

Catálogo – Madelon Schimmelpfennig Lopes

Revisão textual – Anelise Heidrich, Suelen Aires Böettge

Projeto gráfico e diagramação – Fernanda Figueredo Alves, Alice Martins de Lima (Bolsista)

Coordenação de projeto – Ana da Rosa Bandeira

Seção de Pós-Produção – Marisa Helena Gonsalves de Moura, Eliana Peter Braz, Newton Nyamasege Marube

Projeto Gráfico & Capa – Paulo Luiz Crizel Koschier

Rua Benjamin Constant 1071 – Pelotas, RS
Fone: (53) 98115-2011

Edição: 2026/1
ISSN – 2596-2876

Indexada pelas bases de dados: Worldcat Online Computer Library Center | Latindex | Livre: Revistas de Livre Acesso | International Standard Serial Number | Worldcat | Wizdom.ai | Zeitschriften Datenbank

UFPEL/NDH/Instituto de Ciências Humanas

Rua Cel. Alberto Rosa, 154 - Pelotas/RS - CEP: 96010-770

Fone: (53) 3284 3208

Disponível em

<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/HistRev/index>

e-mail: historiaemrevista@ufpel.edu.br

Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional
Simone Godinho Maisonave – CRB 10/1733
Biblioteca de Ciências Sociais – UFPEL

H673 História em Revista [recurso eletrônico] : (Dossiê : Acervos : Diferentes suportes de memória) / Núcleo de Documentação Histórica da UFPEL – Profa. Beatriz Loner, v.31, n.1, jan. 2026. – Pelotas: UFPEL/NDH, 2026 – 484 p. ; 18,1 MB

Semestral
e-ISSN: 2596-2876
Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader
Disponível em:
<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/HistRev/index>

1. História – Periódico 2. Acervos 3. Museus

CDD: 907

HISTÓRIA E MEMÓRIA DA DITADURA NA AMAZÔNIA: POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO PARA SALVAR O TRAUMA DOS AUTORITARISMOS

HISTORY AND MEMORY OF THE DICTATORSHIP IN THE AMAZON: PATRIMONY POLICIES TO SAVE THE TRAUMA OF AUTHORITARIANISM

Filipe Menezes Soares

Doutor em História (UFPA). Professor de História Moderna e Contemporânea na FAHIST-Bragança. Atua em projetos com ênfase em História e Memória da Ditadura na Amazônia, Pesquisas Interculturais Pará-Maranhão, Preservação documental e organização de acervos históricos, entre outros.

E-mail: menezes.fs@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2535-8538>

Flávia Eloisa Matos Silva

Graduanda no curso de Licenciatura em História da FAHIST-Bragança.

E-mail: flaviamatoss1322@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-7962-8513>

Resumo. *História e Memória da ditadura na Amazônia* é o nome de um projeto de pesquisa que reúne amplo acervo documental do período 1964-1985. Entre uma pós-graduação e anos de docência na região, conduz-se junto a orientandos de graduação, discussões associadas à Faculdade de História, campus Bragança (PA). Essa instituição conta com prédios anexos aonde é possível trabalhar acervos documentais relacionados às práticas de pesquisa realizadas em conjunto. No artigo, é possível percorrer uma narrativa que apresenta um determinado arcabouço documental, experiência historiográfica na qual se pretende a crítica de uma dada educação patrimonial. As fontes previamente apresentadas, uma vez organizadas, manifestam importante legado cultural, memória e história de uma sociedade. Por fim, as abordagens aqui estabelecidas objetivam a aproximação das configurações locais junto a dinâmicas nacionais e internacionais.

Palavras-Chave: Acervo – Arquivo – Cultura – “Rodas de Memória” – Fontes Históricas.

Abstract. History and Memory of the Dictatorship in the Amazon is the name of a project that brings together a large documentary collection from the period 1964-1985. Between a postgraduate degree and years of teaching in the region, discussions are presente with undergraduate students associated with the Faculty of History, Bragança (PA). This institution has annex buildings where it is possible to work on documentary collections related to research practices. In the article, it is possible to explore a narrative that presents a specific documentary framework, a historiographical experience in which the critique of heritage education is intended. The historical sources previously presented, once organized, manifest an important cultural legacy, memory and history of a Society. The approaches established here aim to bring local configurations closer to national and international dynamics.

Keywords: Collection – Archive – Culture – “Memory Wheels” – Historical Sources.



Introdução

Pesquisar¹ sobre a ditadura na Amazônia, ao longo dos últimos anos, tem sido enfrentar o desafio de saber articular o recorte junto ao tempo presente. Mas antes que chegue o momento de discutir os dias de hoje, o texto começa pelo início, ou seja, quando o coordenador do projeto chega à supracitada região, desde a cidade de Recife, para realizar o campo do projeto de mestrado. Peço licença ao leitor do artigo científico para a narrativa a seguir, construída em um relativo tom de relato, uma tentativa de articular história, antropologia, memória, esboço de uma “escrivência²”, maneira de aproximar o fazer historiográfico daqueles que se propõem a ler os textos na área. O grande marco das reflexões atende mesmo pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Talvez nada mais tão significativo para introduzir o texto a seguir, digo, um texto voltado às discussões de um acervo histórico/historiográfico e das práticas museológicas que o acompanha. A aventura começa no sul do Pará, para realizar entrevistas em janeiro de 2015, atravessando o estado pela Transamazônica, até deparar com a construção faraônica mencionada acima: a usina de Belo Monte. Suas turbinas, concreto elevado, representavam uma carta de visitas àquele que, no rastro da Transamazônica, obra baluarte do regime militar, agora se deparava com uma construção que atualizava os desígnios das Forças Armadas para a floresta. Diante de um verdadeiro monumento, portanto, surge a pergunta de como o governo responsável por sua construção entendia o território amazônico a partir de suas *razões de Estado* (BOURDIEU, 2011), espaço que naquele momento se abria aos questionamentos de uma nova iniciativa do campo historiográfico brasileiro. O questionamento que surgia, mediante o impacto que se tinha diante da região amazônica, era, portanto, como a macro política partidária do então século XXI no Brasil poderia enfim definir os depoimentos que viriam a ser gravados naquela região. Mais uma vez, como o Partido dos Trabalhadores, naquilo que representa a chegada de Lula ao poder e sua continuidade com Dilma Rousseff, ex-guerrilheira que atuou contra o regime militar, poderiam enfim conduzir os depoimentos a respeito da Amazônia e da ditadura, pelo menos naquele mês de janeiro de 2015, repito.

Antes de nos atermos em teses políticas, processos sociais que fazem rever e conduzir os relatos das memórias a serem trabalhadas, o que sem dúvida ocorreu na prática da História Oral na região, mais importante é pensar como Belo Monte pode ser fato inaugural das discussões que aqui se seguem.

Nesse primeiro momento, é importante considerar uma inflexão importante, processo que se desdobra no projeto de pesquisa intitulado “História e Memória da Ditadura na Amazônia”. Ele é fruto de uma parceria *sine qua non*, realizado, portanto,

¹ A pesquisa é parte de projeto fomentado pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal do Pará (PROPESP-UFPA).

² Sobre o conceito: https://www.geledes.org.br/conceicao-evaristo-a-escrevivencia-das-mulheres-negras-reconstroi-a-historia-brasileira/?gad_source=1&gad_campaignid=1495757196&gbraid=0AAAAADnS6iAMFORhEMI2MkYb5er2S8OZa&gclid=CjwKCAiAt8bIBhBpEiwAzH1w6dmRnzQI_DfIg6cViNvF4jLFhzc_XSYvY-wnP5FcZUynzIqVDOiZBoCFmEQAvD_BwE.





junto a estudantes da graduação, entre os quais, neste texto, surge uma nova protagonista, decisiva para a criação e alimentação das redes sociais do projeto. De acordo com a parceira do artigo, estar junto de uma iniciativa como essa, representa estar sobretudo atenta, enquanto discente em formação, a um grande marco histórico que assolou o nosso país – a ditadura. Porém, a grande marca do trabalho em questão, consiste em nele dar-se ênfase à Amazônia, sempre demarcada como um local de invisibilidade por parte dos governos anteriores e os que estão no comando na atualidade. Ou seja, durante a execução de um cronograma que objetiva organizar e formalizar um acervo histórico/historiográfico, não apenas perpetuaremos uma abordagem que marcou a história do Brasil, mas que continua e segue sendo um tópico sensível nos dias atuais, evidenciando como pauta principal a nossa região amazônica.

Assim, constitui nosso interesse mostrar esse marco de maneira clara e acessível para todos os tipos de público. Para isso, utilizaremos das redes sociais³ e internet como ferramentas para levar e trazer não só os fatos sobre uma dada época, como também incentivar os debates e reflexões sobre a mesma, trazendo à tona a crítica de um momento que jamais deve ser repetido, além de mostrar um pouco mais sobre a história da região amazônica, que por muito tempo tem sido invisibilizada, questão frisada ao longo das aulas da graduação e muito bem defendida pelos orientandos.

Em retorno às questões relativas às fontes históricas apresentadas ao longo deste texto, àquilo que conduziu à captação de depoimentos orais do período 1964-1985, agora se soma a um conjunto de documentos distantes dos grandes centros urbanos: séries de processos judiciais que contam a história do regime nos interiores amazônicos, dessa vez a partir de uma cidade distante da rodovia BR-230, qual seja, a cidade de Bragança, no nordeste paraense. Esta cidade abriga um curso superior em História, do qual o autor faz parte como professor. Desde aqui articula-se um diagrama que melhor representa o período 1964-1985 na região. Nesse intento, reúno tudo o que se pode angariar e arquivar ao longo da tese e anos posteriores. São materiais presentes em arquivos das grandes cidades do sudeste, mas também da capital do estado do Pará. O conjunto condensa-se em uma visão aumentada do quadro territorial do estado, ampliando o recorte dos municípios da Transamazônica para pensarmos os entornos da capital, em direção também a suas fronteiras litorâneas. Trata-se de um jogo de escalas local-internacional, recortes que permitem visualizar a capilaridade e articulação do regime. Mas hoje entendo que a pesquisa precisa não mais propor uma sorte de discursos historiográficos a respeito dos anos da ditadura, mas, por outro lado, partir do que se apresenta na visualidade característica de uma grande obra como Belo Monte. Ou seja, assinalar que o imperativo na área em questão é outro: elencar essas memórias, articulá-las mediante uma organização do acervo reunido ao longo dos anos de pesquisa, para assim entrecruzar esses depoimentos com outras naturezas documentais – conjunto de fontes a serem apresentadas em sociedade, objetivando, ao final, uma crítica pública sobre o tema.

³ Ver o perfil do Instagram: @amazonia.e.ditadura, e seguir canal do Youtube associado ao perfil.



O entendimento passa por consagrar o regime na memória crítica e política do país, fazendo do acervo amazônico, suas memórias e seus documentos, um monumento da história nacional: criticar e expor o absurdo daqueles anos para salvar o trauma dos autoritarismos. Dar lugar às arbitrariedades militares em uma memória da qual se acessa de maneira crítica e em constante revisão, para assim afastar os perigos do aparato governamental da extrema direita, movimento sempre em flerte com a caserna. Na verdade, essa proposição constitui a principal conclusão historiográfica das discussões levadas adiante no projeto: que a revisão da memória sobre o período da ditadura na Amazônia esteve impulsionada pela transformação do quadro político no Brasil atual, sua polarização, processo social decorrente da passagem entre o impeachment de Dilma Roussef e a ascensão de Jair Bolsonaro. Nesse movimento, o cenário atual já reorienta suas dinâmicas, núcleo de um governo federal novamente ocupado por um Partido dos Trabalhadores, sigla que atua na Amazônia por esquemas que confundem modernização e salvaguarda de populações tradicionais, mas que, ao fim e ao cabo, sempre se define como defensora de um movimento de expansão do capitalismo para as áreas de floresta, convertendo e encobrendo formas de vida locais em função da reprodução das relações de mercado na região (BRUM, 2019). Portanto, o intento é mesmo salvar uma dada memória social da Amazônia com vistas a evitar a transformação e a apropriação radical de seu território, corroborando uma crítica de afronte à ditadura a partir da dimensão mais pública possível de suas memórias. O objetivo é não incorrer em autoritarismos que, à esquerda e à direita, tentam reconduzir este território em função de um grande bolo econômico, cujas fatias definitivamente não interessam aos que aqui moram e trabalham. Por outro lado, a insistência por um modelo desenvolvimentista na região só faz sobreviver os esquemas de uma intervenção autoritária no território brasileiro. A gestão histórica aqui criticada, identifica então as relações sociais no Brasil em função de uma cultura tradicional e conservadora, incapaz de emancipar uma população cujo processo de assujeitamento é fundamental para a defesa de uma brasilidade mais atenta às dinâmicas do século XXI. O entendimento acima nos exige, entre outras questões de mesma importância, frear a locomotiva capitalista dentro e fora da Amazônia, uma vez que o sistema já se manifesta em colapso, atentando diretamente contra o equilíbrio socioambiental necessário à vida na terra.

E como fazer isso? Pergunta-se em uníssono. Constituir os acervos do projeto de pesquisa e organizá-lo criticamente para enfim dispô-lo no espaço público: práticas de pesquisa que entendem as políticas de patrimônio como fundamentais para salvar o trauma dos autoritarismos. Olhar para o horizonte com vistas a emancipar uma sociedade, movimento libertador contido pela dependência histórica de um país, sua economia e sua gente – no entanto, um grupo sempre capaz de defender o legado cultural que possui.



No princípio, era o verbo

O início da constituição do acervo do projeto se dá em meio a pesquisas realizadas na Amazônia, a partir de Marabá. A escolha por essa cidade da Transamazônica, responde à tentativa de encontrar os sujeitos agenciados nos Programas de Colonização Dirigida do INCRA, a partir de 1970. O recorte tinha sido estabelecido previamente, desde os arquivos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, a SUDENE, prédio muito próximo a Universidade Federal de Pernambuco. A SUDENE conta com uma vasta biblioteca, e por ser um prédio ligado aos idos do regime, também construído sob os anos Médici, abriga importante história da ditadura, contida, justamente, no conjunto documental do período. A ditadura, tido pelo regime de exceção mais recente na história política do país, deu grande atenção ao chamado Departamento de Imprensa Nacional, publicando, em veículos oficiais, temas, discursos e propagandas de seu governo e daqueles anos. Trata-se de um maquinário publicitário caro a qualquer ditadura do período (FICO, 1997).

Retornando à região amazônica, em Marabá, o coordenador do projeto teve a oportunidade do contato com uma turma do PARFOR-UFPA (Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica), e conversou com o pessoal do programa sobre a proposta de pesquisa. Distanciando-se então da cidade, sempre nas cercanias da rodovia, quando começou a reunir alguma memória do período ditatorial. Mas é a memória da Guerrilha do Araguaia o que sobrevive no senso comum do lugar, e pude ouvir algo a respeito, no lastro, portanto, da Comissão Nacional da Verdade (CNV), que naquele momento já havia se aproximado do público com quem conversava, sobretudo no município de Palestina do Pará. Entre as voltas que dei em Marabá, asseguro ter em arquivo alguns depoimentos que tratam da repressão à guerrilha na região, e da relação do regime com um conjunto de trabalhadores rurais. A complexidade desses depoimentos dá a ver o processo de anistia levado a diante pela CNV, sobretudo a política de reparo à violência institucional do período. Na verdade, as memórias da Guerrilha que reuni já são por demais afetadas pela condução das indenizações, como também já saíam do escopo de minha pesquisa. Deixei de lado esses depoimentos em função de não abordarem diretamente a política de colonização dirigida na região. Na verdade, diz a CNV, que nas proximidades de Marabá, a política de colonização atuava como uma fachada, ação que mais visava a segurança nacional daquelas localidades, uma forma de afastar influências políticas das esquerdas na região. Inclusive, os funcionários do INCRA chegaram a constituir agentes da repressão infiltrados (BRASIL, 2014). Mas para além da Guerrilha, os depoimentos de Marabá e cercanias importam à medida que permite entrever os processos mais associados a década de 1980, período de formação dos sindicatos que atuavam na luta pela terra em uma ditadura já bastante fragilizada. A década perdida (1980) na Amazônia representou a falência do aparato militar que um dia jurou o zelo político daquela região. A partir de 1980, o território abriu-se em disputas pelo acesso à terra e ao trabalho, acompanhado de perto pelo projeto Grande Carajás, no qual o sonho do enriquecimento fácil seguia mobilizando as consciências nacionais em direção à floresta – seu mito recôndito do El Dorado (PIZARRO, 2012)



Em Marabá, portanto, me dediquei aos municípios de Palestina do Pará e Brejo do Meio, mas a memória da colonização ainda não se apresentava. Esta constatação se tornaria importante, naquilo que representa a discussão do projeto do INCRA. Dividido em três PIC's (Programa Integrado de Colonização), o trecho de Marabá teve pouco investimento do governo à época, fazendo da Política de Colonização Dirigida uma realidade de Altamira e seu entorno (INCRA, 1972). Outro programa de colonização contido na política remete à área de influência de Itaituba. Apesar de só chegar na região de Itaituba em julho de 2016, para enfim realizar entrevistas, em 2015 percorri a Cuiabá-Santarém, mas sem realizar pesquisas. Este é um entroncamento importante no planejamento do território amazônico, uma vez que faz de Rurópolis, município criado pela colonização dirigida, um polo de encontro entre as duas grandes rodovias da Amazônia: a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém (REGO, 2016).

Outro lugar importante quando o assunto é a colonização dirigida responde ao município de Pacajá, nas cercanias de Altamira, margem direita do Rio Xingu. Pacajá também dá a ver a realidade conflituosa da Amazônia, uma vez que faz limite com Anapu, outro município com histórico ligado ao conflito pela terra. Essa é uma dinâmica social famosa na região, em que posseiros, proprietários e grileiros dão lugar a violências e assassinatos em série, como o caso da missionária Dorothy Stang, escândalo que remonta a mesma década de oitenta naquelas localidades. Em Pacajá, dessa forma, como mais próximo a Altamira, mais fácil é o contato com o passado da colonização dirigida, não só realizando entrevistas, como fotografando os lotes onde antigos trabalhadores migrantes foram direcionados à Amazônia, em estrutura montada pelo INCRA. Portanto, nesse intento de percorrer a Transamazônica, foram somadas às entrevistas realizadas e devidamente filmadas, um dado conjunto de fotografias, registros do pesquisador que aqui se apresenta, mas também com uma grande contribuição dos moradores visitados – uma outra sorte de imagens também entregue pelos próprios depoentes. Mas não só de fotografias é constituído o acervo resultante deste intento. Muitos registros oficiais também foram entregues ao pesquisador, como a documentação relativa à propriedade da terra e a identificação dos colonos – grupo que até hoje segue organizado na região da Transamazônica e que mobiliza uma dada memória do regime. São registros e produções que certificam suas identidades de “pioneiros” nos municípios da Transamazônica, um grupo social que se reconhece e se promove, reunindo informações da época que se estendem à atualidade.

Mas o cerne das entrevistas é o conjunto de depoimentos reunidos nas áreas rurais de Altamira, entre os municípios de Brasil Novo e Medicilândia, os municípios da colonização. São aglomerados resultantes da Colonização Dirigida, cujos nomes dão a ver o principal intento do regime à época: criar, no seio da floresta amazônica, cidades que funcionariam como comunidades nacionais, estas reunidas em torno do espírito cívico contido no nacionalismo militar. Outro leque de discursos e valores morais seriam ali estimulados para criar e compor um dado perfil de brasileiro: naquela época, em resumo, um *ethos* comprometido com as políticas de desenvolvimento e segurança do regime.



Mas foi entre Pacajá e Altamira que um grande interlocutor do período forçou sua entrada em cena. Me refiro ao senhor tido naquelas áreas por Manoel Alagoano. Na época em que gravei seu depoimento, ele era agente de saúde na zona rural, entre o trecho da Transamazônica que vai de Marabá a Altamira. Ele ainda residia na beira da estrada e mobiliza importante memória do período, trabalhada, por exemplo, em uma construção de verso e prosa característica da poesia cordelista, marca que remonta a cultura nordestina naquelas localidades e que também ressoa na capital Belém. Digo dessa relação, pois no Museu da UFPA, na capital do estado, consegue-se ter acesso a uma sessão daquela instituição que articula produções ligadas à literatura de cordel na Amazônia, entre elas uma importante publicação sobre a política no estado do Pará durante os anos do regime, mencionando governos e personagens locais, como Alacid Nunes e Jarbas Passarinho. Esse cordel também foi registrado nas pesquisas e compõe acervo do projeto.

Um momento importante na constituição deste acervo remete ao retorno para Belém, depois de uma passagem no oeste do estado, por Santarém, advindo, a princípio, dos municípios da Transamazônica. Nesse intento, o rio Amazonas foi percorrido em direção a capital do Pará, trajeto que permite ver a imensidão fluvial do território e as populações que o constituem, verdadeiro patrimônio cultural daquilo que entendemos por Brasil. Mas foi na verdade a presença em alguns arquivos da cidade do Rio de Janeiro o que definiu os rumos da pesquisa. Associados, o conjunto arquivístico da ditadura reunido naquela cidade se desdobra entre a Escola Superior de Guerra, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Arquivo Nacional, instâncias responsáveis pelo quadro diretivo do projeto e suas abordagens.

O leme e o pontal

O Rio de Janeiro é a cidade que impulsiona a reunião dos documentos angariados nesses anos. Nesse momento, essas fontes estavam distribuídas em três instituições. Seus respectivos acervos, pilares de uma tese de doutoramento, orientam o recorte tempo/espço da pesquisa até hoje. O IHGB, prédio alto e antigo no centro da cidade, à época muito pouco interativo e atrativo enquanto lugar de pesquisa e conhecimento, abrigava um importante arquivo pessoal de Emilio Garrastazu Médici. Naquele conjunto de documentos, reuni por compra uma série de fotografias do general-presidente na Amazônia, região de Altamira, presença que tinha o intuito de acompanhar a colonização dirigida no canteiro de obras da Transamazônica. Também aparecia nos documentos alguns textos relativos a uma espécie de troca de correspondências entre interlocutores do governo militar e o presidente. Essas peças caminham no sentido de uma fala especializada, capaz de formar e informar Garrastazu Médici no posto que ocupava. Essa escrita estende-se a uma outra temática identificada em título e também apresentada em série, um conjunto de documentos possivelmente definidos por uma mesma natureza das cartas, mas que abordam diferentes temas, aquilo que está assinalado desde o título como “Assuntos brasileiros”, e que, por isso, ligeiramente diferem da série anterior. Até hoje, junto ao acervo do IHGB, trabalhei apenas com o conjunto de fotografias, estando as imagens presente nos textos de defesa



da pós-graduação, portanto, também no livro publicado que advém da tese (SOARES, 2021). Sigo confiando nesse material iconográfico para as redes sociais do projeto, e os textos, contudo, entre cartas e ensaios, não foram diretamente interpretados na crítica historiográfica que realizei até aqui, e podem vir a ser material inédito a ser apresentado no acervo que postulo organização, arquivamento e exposição pública.

A presença na Escola Superior de Guerra foi um acontecimento determinante na minha formação. Foi lá que me percebi como verdadeiro historiador, incansável nos arquivos. Na biblioteca, foram identificados trabalhos sobre a Amazônia, uma seção que conduzia o interesse e o esforço dos militares entre os 21 anos do regime. São estudos, artigos, discursos, livros e publicações oficiais voltadas para essa região do território nacional. Uma produção que reúne diferentes autores em diferentes postos do governo à época. Reproduzi quilos de material e trabalhei muito pouco esse conjunto de monografias a respeito da Amazônia, referenciais de um discurso militarizado. Contudo, são os documentos da Escola Superior de Guerra que permitem a conclusão da Amazônia como uma formação discursiva do regime. O entendimento é de que a noção de região, para os militares, é ela mesma uma instância administrativa (ALBUQUERQUE JR., 1999). De certa forma, embebidos em uma megalomania de segurança nacional, cujo objetivo à época era a conhecida necessidade de garantir a salvaguarda das fronteiras frente as ameaças comunistas, a Amazônia tornou-se um grande e grave problema político ao governo dos generais-presidente. A formação discursiva, intitulada “Amazônia da ditadura”, está presente no amplo conjunto de discursos sobre a região, reunidos, enfim, nesta importante instituição do saber militar à época (FOUCAULT, 2016). Essas séries discursivas, em sua dispersão, foi por mim organizada em função de um deslocamento de pesquisa no qual ofereci aquilo que denominei por enunciados⁴, ou seja, conceitos que constituem e atualizam os discursos sobre a Amazônia na segunda metade do século XX (NAHUM, 2013). Por último, constatei que os militares agenciavam um certo arquivo do regional amazônico na nacionalidade brasileira à época, atualizando discursos antigos, mas também trazendo rupturas ao entendimento que se tinha daquele território, apesar de sempre o demarcando com seus coturnos, digo, enunciando a região a partir de uma fala institucional desenvolvimentista e militarizada. É, portanto, sobre este arquivo do regional amazônico que hoje me posiciono em grupo disposto a revisar os discursos e imagens do regional em função de novas interpretações deste território, capazes de autorizar relações de outro tipo, necessárias a uma nova cultura política nessas localidades, inserida, sob disputa e conflito, no campo social da nacionalidade e transnacionalidade.

⁴ São os enunciados elencados: (1) Integração; (2) Nacionalismo; (3) Espaço vazio; (4) Fronteira; (5) Segurança.



O Arquivo Nacional, talvez o lugar que nutria mais expectativa no acervo, na verdade apareceu como um ambiente de suporte à prática de pesquisa que realizava. Um lugar melhor de se estar presente e pensar o tema, mediante uma documentação que permitia articular seus discursos. Essa relação com o Arquivo Nacional é emblemática, pois à medida que não encontrava documentos de grande valor naquele lugar, pude então entender que os arquivos não somente impulsionam nossas pesquisas como colocam limites nas abordagens. Ou seja, o silêncio dos documentos impede o historiador de encenar sua própria narrativa na História, mas impulsionam reflexões que reorganizam o material que temos em mãos, permitindo, sob crítica, a montagem dos textos que significam o passado. O Arquivo Nacional, à época foi por demais relevante, pois abria suas portas de posse dos documentos recém apresentados no “Memórias Reveladas”. Entre esse conjunto sobre a ditadura e a Amazônia estão confidenciais geralmente atrelados ao Serviço Nacional de Informações (SNI), mas que também se desdobram em ofícios que remetem à comunicação do governo com organizações da sociedade civil. O Arquivo Nacional ainda conta com uma série de matérias de jornais, recortes de algumas notícias que estamparam os jornais naqueles anos. Nesse meio, destaco os recortes da Revista Manchete, periódico que acompanhava, mediante série de reportagens, as políticas do regime.

Para não deixar de apontar a importância do “Memórias Reveladas”, o documento que penso ser uma das grandes conquistas da iniciativa, pouco trabalhado na densidade que merece, dentro e fora do projeto de pesquisa, é, portanto, o *Relatório Figueiredo*. Esse dossiê reúne uma avaliação do regime a partir do governo decadente de seu último general presidente, o que permite a conclusão de uma série de erros cometidos pela ditadura, espécie de confissão na despedida, avaliado como distante da discussão mais atrelada à década de 1970.

Mais de uma vez nas regiões da colonização dirigida, alguns depoentes foram revisitados, entre eles Manoel Alagoano. Nesse novo momento, a pesquisa continua em direção a Uruará, outro município da Transamazônica, também ligado à história da colonização e atrelado ao PIC Itaituba. Uruará, mais próximo do agronegócio, reúne um grupo de “pioneiros” organizados, antigos colonos, trabalhadores rurais de famílias ligadas à colonização e, portanto, ao processo de ocupação das margens da Transamazônica. Recebi comunicados impressos desse grupo, material que consta na tese, documentos que em geral registram a atualidade dos esquemas da colonização na Amazônia. Uma outra sorte de documentos, parte do esforço desse grupo organizado de ex-colonos compõem o acervo: mapas da região, questionários aplicados junto às famílias ditas pioneiras, e um outro conjunto de fotografias que se estende da década de 1970 ao tempo presente.

Em 2017 a captação de depoimentos é praticamente interrompida. Em seu lugar são selecionados alguns livros inéditos sobre o tema e a região. Cabe destacar a obra “*Rainforest Corridors*”, de Nigel Smith (1982). Um texto em inglês, de um pesquisador norte-americano que visitou as áreas da colonização na década de 1970. A partir do livro de Nigel Smith, não posso deixar de considerar uma importante revisão bibliográfica feita a partir da biblioteca do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos





(NAEA). Foi lá que a obra foi encontrada, e ela se soma a um outro conjunto bibliográfico único, estudos pormenorizados da realidade amazônica sem a qual nenhum pesquisador pode se formar sobre a região. As referências ali reunidas constituem importante acervo da história da ditadura na Amazônia, algo sem dúvida capaz de ganhar dimensão pública e/ou museológica, ou seja, algo possível de ser integrado a um acervo do regional e exposto a um grupo mais amplo. Nesse mesmo período, os arquivos da SUDAM também foram visitados, mais uma vez em Belém. Importantes publicações do regime e da região amazônica foram reunidas, um conjunto de documentos oficiais, leia-se, de Estado, todos eles mais uma vez copiados e sob posse do projeto. Trata-se de um material capaz de ganhar outros meios que não só o texto acadêmico, mas que também pode facilitar uma aproximação daquilo que representa a historiografia para uma dada sociedade. Ou seja, aquilo que dizíamos da capacidade de uma história se fazer pública, atuante, mas não somente, nos meios digitais, mais que ainda assim pode adentrar o terreno do campo social visando um público interessado em políticas patrimoniais que eduquem, formem e informem uma certa população. O grupo, espécie de “público alvo”, remete a uma demanda por uma memória crítica de sua História, fator importante na transformação social, capaz de salvar as identidades coletivas de suas construções e relações autoritárias. É isso que almejamos com este texto, é isto que almejamos nas atividades do projeto, é isto que encaramos como objetivo desta nova etapa de pesquisa, e, enfim, é isto que queremos fazer com o material reunido ao longo desses anos. Esse é um trabalho que acredita na validade dos esquemas a respeito do amazônico e do regime militar que assolou o Brasil entre 1964 e 1985. Ao rever a reunião de documentos dessa autarquia regional, a SUDAM, por exemplo, entende-se ser necessário, em um segundo momento, a formação de um inventário daquilo que foi encontrado na biblioteca, algo que uma vez organizado, facilite o trabalho expositivo desse arquivo, e que, posteriormente, sob novo crivo autoral, permita enxergar uma dada memória institucional da e na Amazônia (SILVA e RAVENA, 2015).

Considerações Finais – as sombras, as aspirais e as margaridas.

Para além das intenções, estão previstos alguns momentos para a exposição dialogada deste acervo: “Amazônia e Ditadura”. Trata-se de uma proposta que pode ser considerada como uma ação de extensão da faculdade onde atuamos. O entendimento, em parceria com os orientandos, é da necessidade de se promover um diálogo a respeito da memória do regime militar na pequena cidade da onde escrevemos este texto. Hoje estamos ao lado daqueles que pensam a historiografia da ditadura a partir da relevância em criticá-la através de um jogo de escalas. Nesse intento, o local, e, portanto, os interiores do território nacional, ganham relevância na problematização do regime. A discussão se dá em meio a um importante arcabouço documental que tem se aberto à pesquisa histórica: são processos judiciais das comarcas distantes dos grandes centros urbanos. As querelas judiciais desses municípios contam uma relevante versão da ditadura militar, dando a ver características de um cotidiano invadido pelas imposições dos valores cívicos e nacionalistas, com forte cunho patriarcal-machista. Como não



poderia deixar de ser, a História Oral tem invadido com cada vez mais força a escrita da História, sobretudo porque atrelada a uma perspectiva de produção de conteúdo audiovisual, mais facilmente associada junto aos meios digitais – ferramenta de uma educação atual, inclusiva e interativa, mas que precisa ser encarada com grande responsabilidade. Por sua vez, os discentes muitas vezes tem alçado inclusive o posto de produtores culturais, uma vez que a prática da História Oral envolve uma produção que funciona muito bem no dia-a-dia dessas cidades, espaços urbanos onde a realização de cultura e a troca dela correspondente torna-se fundamental.

Em curso da Associação Brasileira de História Oral, a fala de Robson Laverdi, pesquisador com larga experiência na área, e que tem atuado em Ponta Grossa (PR), de maneira a promover junto aos museus locais o que chama de “Rodas de Memória”, possibilitou tomar de empréstimo o termo acima, para a definição dos esforços de pesquisa no interior da Amazônia. Neste caso, o “Rodas de Memória” que tem como tema a Amazônia e a Ditadura, tenta assegurar uma exposição dialogada das fontes históricas reunidas em anos de pesquisa, fazendo do momento a possibilidade de uma conversa a respeito de um “passado que não passa” (ROUSSO, 2016): o regime militar no Brasil, as ditaduras no século XX e os autoritarismos a eles correspondentes. A ação é determinante para uma História social e patrimonial, cujo intuito é emancipar uma dada população dos traumas políticos que insistem em rodeá-la.

Entendo ser o “Rodas de Memória” uma iniciativa autêntica, potente naquilo que se propõe. No evento tentar-se-á sempre associar a História e as novas tecnologias, ou seja, as redes e os meios digitais voltados à produção de um conteúdo crítico e independente. Sem dúvida, esta é uma iniciativa que faz da História cada vez mais pública; e, do público, um sujeito em constante formação, cidadão presente no campo social onde atua, excetuando, assim, a presença de um indivíduo por demais espectador diante do espaço que ocupa. O intento corrobora diretamente com uma política de memória associada a uma educação patrimonial consequente. As rodas permitem as “entre-vistas” necessárias à construção de um legado social e coletivo, parte constituidora de cultura, em que as peças históricas expostas, suas fontes, formam a herança do grupo social que as media.

Na apresentação do projeto, sua nova fase, decidi organizar o acervo entre três eixos: as sombras, as espirais e as margaridas. As sombras atravessam a noção de resistência no período, para pensar o conjunto de ações que foram na contramão do regime militar, grupo desviante presente também em organizações políticas e que fez oposição à ditadura no Brasil. As espirais se referem à tentativa de a historiografia da ditadura realizar um importante e necessário jogo de escalas do tema, sua imbricação no local, tendo o território brasileiro e os interiores como recorte da abordagem microhistórica. A partir daí, pode-se pensar na articulação com o macro e assim promover as espirais, qual sejam, as relações com o regional, o nacional e com o internacional. As margaridas correspondem às primaveras, ou seja, fazer florir as abordagens de maneira a não incorrerem em um pessimismo característico nos olhares sobre o tema. O objetivo é dar a ver possibilidades críticas que manifestem relações de outro tipo, distantes, portanto, dos autoritarismos à época, mas cada vez mais próximas



das pluralidades, das diversidades, das interseccionalidades, todas elas pareadas a uma dinâmica mais democrática possível, horizontalizada, trazendo os sujeitos sociais às causas públicas. Esses eixos servirão como guias para o acervo, *hashtags* e seções capazes de orientar o público no contato com as matérias. Os eixos são os primeiros passos de uma interpretação que tende ao infinito do espectador, pessoa diante de uma fonte histórica apresentada em dialogia. O objetivo é sempre constituir agência e sujeito no interior desse processo comunicativo, libertando, enfim, o signo e a mensagem.

Para tanto, serão produzidos espaços socioconstitutivos. As “rodas de memória”, ou a simples apresentação do acervo, almeja, dessa forma, um público maior que os especialistas das universidades. Integrar grupos sociais desde a produção dos conteúdos é praticar uma superação da dicotomia nós/eles, contida na abordagem intelectual de nossas historiografias. Romper e contrapor o par narrativas hegemônicas e falas marginalizadas, sem deixar de nelas se referenciar. A cultura erudita e popular ao sabor de um localizado senso comum, associação atravessada por uma crítica contundente, sem deixar de ser especializada no tema. Para além das experiências digitalizadas junto ao acervo, permitida mediante as redes sociais, entende-se a necessidade de promover uma outra série vivências, uma história nas ruas, facilitada, portanto, no evento de nome “rodas de memória”.

Implicar História e Antropologia. Entrecruzar cotidiano, cultura e política são objetivos do projeto de pesquisa aqui ligeiramente apresentado junto ao seu acervo. Jovens e idosos, múltiplas identidades e corpos serão sempre bem vindos ao contato com a documentação aqui reunida e a história que dela virá a ser contada. Formar educandos e educadores capazes de relacionar passado e presente, levando assim a “Amazônia da ditadura” à história que temos vivido.



Referências

- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: Editora Massangana, 1999.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Antropologia dos arquivos da Amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 8, 2008.
- AMADO, J.; FERREIRA, M. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**. Sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 2011.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório** – Volume – I. Brasília: CNV, 2014.
- BRUM, Eliane. **A notícia é esta**: o Xingu vai morrer. El País, São Paulo, 12 de setembro de 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/12/opinion/1568300730_780955.html (Acesso em: 20/01/2020).
- CORDEIRO, J. M.; MAGALHÃES, L. G. Por uma história do cotidiano dos regimes autoritários no século XX. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 242-249, maio-ago. 2017.
- DE ALMEIDA, Juniele Rabêlo e MENEZES, Sônia (org). **História pública em debate**: patrimônio, educação e mediações do passado. 1. ed. São Paulo: Letra e Voz, 2018. v. 1. 238p.
- ESCOBAR, A. **La invención del Tercer Mundo**. Construcción y desconstrucción del desarrollo. Caracas: El perro y la rana, 2007.
- FICO, Carlos. **Reinventando o Otimismo**. Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.
- HUNT, L. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- IANNI, Octavio. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.
- INCRA. ALTAMIRA I. Brasília, 1972.
- LABORIE, Pierre. Memória e opinião. In: AZEVEDO, C. et. al (orgs). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009.
- LUCA, T.; [orgs]. O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009.
- MARTINS, José de S. **A militarização da questão agrária no Brasil**: terra e poder: o problema da terra na crise política. Petrópolis: Vozes, 1985.



MAUAD, de ALMEIDA e SANTHIAGO (org). **História pública no Brasil**: Sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

MIRANDA, Filipe de Sousa. **Acesso democrático e proteção de dados**: desafios para a preservação do acervo arquivístico da Comarca de Bragança-PA n1964-1985. 2023. Dissertação (Mestrado em Ciência do Patrimônio Cultural). Programa de Pós-Graduação em Ciência do Patrimônio Cultural da UniverPará, UFPA, Belém.

MONTENEGRO, A. História, Metodologia, Memória. São Paulo: Contexto, 2010. In: Rodrigo Patto Sá (org). **Culturas políticas na História**: Novos estudos. Belo Horizonte: Argvmentum, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In. MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org). **Culturas políticas na História**: Novos estudos. Belo Horizonte: Argvmentum, 2009, p. 13-38.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109 - 137, jan./mar. 2018.

NAHUM, J. **Região e Representação**: Amazônia nos planos de desenvolvimento. Belém: Editora Açaí, 2013.

NAPOLITANO, Marcos. **Monumentos, memória e violência**. Rosane Kaminski, Marcos Napolitano (orgs.). São Paulo, SP: Letra e Voz, 2022.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos (org). **Patrimônio, resistência e direitos**: histórias entre trajetórias e perspectivas em rede ira. Vitória, ES: Editora Milfontes, 2022.

PINSKY, C. (org). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005,

PIZARRO, A. **Amazônia, as vozes do rio**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

POLLACK, Michell. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

REGO, Renato. Comunidades Planejadas na Amazônia: O urbanismo rural e a utopia de uma nova civilização. **XIV Colóquio Internaonal de Geocrítica. Las utopias y la construcción de la sociedade del futuro**. Barcelona, 2-7 de mayo de 2016.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe**: a história, o presente, o contemporâneo". Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.

SARLO, B. Tempo passado. **Cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

SILVA, F.; RAVENA, N. (org.). **Formação Institucional da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015.

SIQUEIRA et al (org). História Pública: um desafio democrático aos historiadores In **Coleção História do Tempo Presente**: volume 2. – Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.



SMITH, Nigel. Rainforest Corridors. **The Transamazon Colonization Scheme**. LA: University of California Press, 1982.

SOARES, F. M. AMAZÔNIA DA DITADURA: **Uma história dos rios e das estradas na colonização do tempo presente**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2021.

THOMPSON, E. P. Folclore, Antropologia e História Social. In: NEGRO, A.; SILVA, S. (Orgs.). **As peculiaridades dos Ingleses e outros ensaios**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.